

A oportunidade da opção liberal

3 AGO 1984

13 AGO 1984

Economie - Brasil

JORNAL DO BRASIL

Ciro



A conclusão, retardada, dos grandes projetos industriais e de obras de infra-estrutura sob a responsabilidade do Governo Federal coincide com três anos de recessão e com intenso processo de revisão da ordem política.

Ao concentrar-se nas dificuldades do dia-a-dia, o atual Governo termina deixando o País sem um novo Plano Econômico em andamento. Caberá naturalmente ao próximo Governo fazê-lo. Qualquer que venha a ser a nova orientação, deverá ela considerar que a crise trouxe não só o aparecimento de excesso de capacidade de vários setores produtivos governamentais, como também de capacidade ociosa na maioria dos setores industriais privados. Não haverá necessidade, portanto, num futuro próximo, de grandes investimentos concentrados, à exceção, possivelmente, de obras hidráulicas no Nordeste e de novas iniciativas na pesquisa e exploração de petróleo e gás natural.

Do lado externo, qualquer que seja o rumo das negociações sobre a dívida, persistirá durante vários anos forte pressão sobre o Balanço de Pagamentos, seja no sentido de promoção de exportações, seja no da substituição de importações, o que exigirá, em ambos os casos, poder de competição. Trata-se de produzir eficientemente, em termos internacionais, para poder vender, ou para deixar de comprar, sem impor, no segundo caso, prejuízos à população brasileira por preços excessivos ou produtos inferiores.

Quanto ao mercado interno, simultaneamente com a expansão da demanda, que se faz necessária para promover a recuperação do nível de atividade de

tantos empreendimentos parcialmente ociosos, é indispensável um esforço de adaptação desses empreendimentos à nova realidade nacional, que emergirá do processo de reconstrução.

Há, portanto, toda a conveniência de se concentrar atenção na mobilização dos meios de produção disponíveis. Trata-se de decisão que implica contar com a ação de inumeráveis atividades privadas.

Na questão crítica de exportar mais e importar menos, a conquista da competitividade requer idéias novas, invenção e aplicação da ciência e tecnologia de resultado rápido.

Em termos estritamente econômicos, evidencia-se, assim, de forma generalizada, a importância do empresário e de todos os que forem capazes de mobilizar recursos humanos e materiais parcialmente ociosos, para um acréscimo de produção, sem recurso a grandes investimentos fixos, que seriam impossíveis no momento da partida. A geração de profissionais de nível superior que o Brasil preparou nos últimos anos, e que hoje está insuficientemente ocupada, pode vir a ser fator decisivo em futuro próximo.

A conjuntura configura-se, portanto, bem diversa da que prevalecia depois da crise de 1963/65. Aquela época, foi importante o reforço da organização empresarial do Governo para promover grandes projetos industriais e de infra-estrutura, que deram origem e tiveram como resultado a elevação da realidade econômica nacional para um novo patamar. Não importa, no caso, que essa política tenha sido mais tarde posta em risco por alguns projetos equivo-

cados, ambição excessiva ou imprudência financeira. A fase dos grandes projetos cumpriu a sua missão, arrastou consigo a expansão e a diversificação da indústria privada e situou o País bem adiante do nível dos tipicamente subdesenvolvidos, além de assegurar relativa autonomia nacional.

Em face da nova conjuntura, e depois do hiato de política econômica de longo prazo que acompanhou a crise, chega a hora da conquista diversificada de posições de destaque, em um sem-número de atividades, o que implica múltiplas frentes de ação e a soma de esforços individuais.

Esse objetivo, estritamente econômico, se coaduna com a definição política de fortalecimento das liberdades individuais e de descentralização do poder que a maioria da sociedade terá provavelmente a oportunidade de manifestar na revisão da Constituição da República, que se anuncia para breve.

Na adoção de tal atitude, de inspiração liberal, não se pode perder de vista, todavia, que se trata de aplicá-la em um país que não representa uma unidade econômica e social e compreende segmentos em estágios primitivos, e alguns de pobreza extrema, que têm que ser recuperados.

E a partir desses aspectos da conjuntura nacional que pretendemos desenvolver a nossa nova colaboração regular, que hoje se inicia, com o JORNAL DO BRASIL.

ANTONIO DIAS LEITE

Diretor da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ